

A biopolítica sobre a docência prisional: entre a segurança e a educação

Biopolítica en la enseñanza penitenciaria:
entre la seguridad y la educación

Autores: Renata Fantin Caetano, Raphael Silva Rodrigues

DOI: <https://doi.org/10.25058/1794600X.2459>

A biopolítica sobre a docência prisional: ■ entre a segurança e a educação*

Biopolitics in penitentiary education: ■
between security and education

Biopolítica en la enseñanza penitenciaria: ■
entre la seguridad y la educación

Renata Fantin Caetano^a
renata.fantin@educacao.mg.gov.br

Raphael Silva Rodrigues^b
raphaelsilva.bh@gmail.com

Fecha de recepción: 25 de julio de 2024
Fecha de revisión: 21 de agosto de 2024
Fecha de aceptación: 28 de agosto de 2024

DOI: <https://doi.org/10.25058/1794600X.2459>

Para citar este artículo:

Fantin Caetano, R., & Silva Rodrigues, R. (2024). A biopolítica sobre a docência prisional: entre a segurança e a educação. *Revista Misión Jurídica*, 17(27), 81 - 93.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa investigativa foi analisar a efetividade do trabalho docente prisional permeando entre as relações de poderes: segurança e educação, a partir da biopolítica, além de entender a promoção da ressocialização das pessoas privadas de liberdade através da escola e as dificuldades e facilidades no exercício do trabalho docente prisional neste contexto. Para obter possíveis respostas e explicações para o problema da efetividade do trabalho docente prisional permeando entre as relações de poderes: segurança e educação, a partir da biopolítica, foi realizado um estudo em uma escola estadual localizada em um presídio feminino na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, Brasil, através de entrevistas com docentes e observação registrada em diário de campo, utilizando a

* Artigo de investigação. Trabalho vinculado ao Projeto de pesquisa “VIVÊNCIA NO CÁRCERE: Entre a oferta da educação, as normas de segurança e particularidades femininas” desenvolvido no curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes.

a. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Especialista em Gestão de Projetos Educacionais pelo Centro Universitário UNA. Mestranda em Administração pelo Centro Universitário Unihorizontes. Diretora da Escola estadual inserida no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, em Belo Horizonte/MG. Tem experiência na área da Educação e da Segurança Pública. E-mail: renata.fantin@educacao.mg.gov.br <https://orcid.org/0009-0001-6956-1637>

b. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com Pós-Doutorado na Universitat de Barcelona, na Espanha. Professor Universitário (Mestrado, MBA/Especialização e Graduação). Membro integrante de Bancas Examinadoras de Concursos Públicos. Autor e coautor de livros, capítulos de livros e artigos de revistas científicas. Advogado e Consultor Jurídico. E-mail: raphaelsilva.bh@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-4932-794X>

metodologia qualitativa e descritiva. Para a análise de dados desta investigação aplicou-se a análise de conteúdo, utilizando-se do *MAXQDA Analytics Pro* (24.2.0), aliada à análise de discurso em uma abordagem crítica. Dentre os principais resultados, pode-se observar através deste estudo investigativo que os docentes são valorizados pelas alunas, mas não pela segurança pública e governo. Também foi relatado pelos docentes a falta de possibilidades de se trabalhar com alguns instrumentos/materiais pedagógicos. Além disso, os professores relataram acreditar na ressocialização das internas privadas de liberdade através da escola, mas que faltam políticas públicas que atendam à educação prisional sem deixar que a segurança local seja fragilizada. Ao considerar as políticas públicas, a estruturação e o funcionamento das prisões, à luz dos conceitos observados, mostram a necessidade de uma transformação do sistema carcerário, buscando alternativas que promovam efetivamente a reintegração social.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho docente; Educação; Segurança; Sistema Prisional; Biopolítica; Ressocialização.

RESUMEN

El objetivo de esta indagación investigativa fue analizar la eficacia del trabajo docente penitenciario, permeando entre las relaciones de poder: seguridad y educación, a partir de la biopolítica, así como comprender La promoción de la resocialización de las personas privadas de libertad a través de la escuela y las dificultades y facilidades para realizar el trabajo docente penitenciario en este contexto. Con el objetivo de obtener posibles respuestas y explicaciones al problema de la eficacia del trabajo docente penitenciario permeando entre las relaciones de poder: seguridad y educación, a partir de la biopolítica, se realizó un estudio en una escuela estatal ubicada en una cárcel de mujeres en la ciudad de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, Brasil, a través de entrevistas con docentes y observación registrada en un diario de campo, utilizando metodología cualitativa y descriptiva. Para analizar los datos de esta investigación, se aplicó el análisis de contenido, utilizando *MAXQDA Analytics Pro* (24.2.0), combinado con el análisis del discurso en un enfoque crítico. Entre los principales resultados, se desprende de este estudio de investigación que los profesores son valorados por los estudiantes, pero no por la

seguridad pública y el gobierno. Los profesores también informaron de la falta de oportunidades para trabajar con determinadas herramientas/materiales didácticos. Además, los profesores reportaron que creían en la resocialización de los reclusos privados de libertad a través de la escuela, pero que faltaban políticas públicas que atendieran a la educación penitenciaria sin debilitar la seguridad local. Al considerar las políticas públicas, la estructuración y el funcionamiento de las prisiones, a la luz de los conceptos observados, muestran la necesidad de una transformación del sistema penitenciario, buscando alternativas que promuevan efectivamente la reinserción social.

PALABRAS CLAVE

Trabajo docente; Educación; Seguridad; Sistema penitenciario; Biopolítica; Resocialización.

ABSTRACT

This research study aimed to analyze the effectiveness of prison teaching work, navigating between power relations of security and education, in the light of biopolitics. Also, this study aimed to understand how resocialization of inmates is promoted through schooling and the challenges and advantages in carrying out prison teaching work. In order to get answers and explanations on the issue of teaching work effectiveness with inmates, navigating power relations: security and education, drawing on biopolitics, a study was carried out in a state school within a women's prison in the town of Belo Horizonte, state of Minas Gerais, Brazil. Data were collected from interviews to teachers and field diary logs, using a qualitative and descriptive methodology. To analyze the data in this research, the *MAXQDA Analytics Pro* (24.2.0), combined with discourse analysis in a critical approach were used for content analysis. Among the main findings, we highlighted that teachers are valued by the students, but not by security enforcement and government officers. Teachers also reported a lack of opportunities to work with certain teaching tools/materials. Furthermore, teachers reported that they believed in inmates' resocialization through school, but acknowledged that there was a lack of public policies to allow for prison schooling without affecting local security. When considering public policies, and

prison structuring and functioning in the light of the concepts analyzed, they the need for change in the prison system was made evident, to allow for alternatives that effectively promote social reintegration.

KEYWORDS

Teaching work; Education; Security; Prison System; Biopolitics; Resocialization

INTRODUÇÃO

No último século a taxa de encarceramento aumentou significativamente, especificamente na França, Itália, Bélgica, Inglaterra, Suécia, Holanda, Estados Unidos e América Latina (Wacquant, 2015). Esse aumento tornou os ambientes carcerários superlotados, tornando-se difícil atender a todos os internos privados de liberdade em relação às ofertas de oportunidades de ressocialização, ao tratamento digno ao ser humano e às estratégias para se evitar a ociosidade, fazendo com que as prisões cumpram apenas o papel de 'guardar' essa parte da população (Foucault, 2014).

A discussão sobre a ressocialização de pessoas privadas de liberdade tem sido objeto de estudos frequentes entre sociólogos, pedagogos, psicólogos, advogados, administradores e outros. Essas pesquisas sobre a punição exercida pelo Estado a quem comete crimes visam, frequentemente, analisar como acontece a ressocialização, especialmente no ambiente de privação da liberdade, e ampliar o debate sobre propostas sociais que realmente façam a diferença na vida do infrator e, em consequência, da sociedade (Souza, Costa & Lopes, 2019). Portanto, quando se pensa em presídios é necessário adentrar em um amplo atendimento social que realmente ressocialize o indivíduo infrator, fazendo sentido para o criminoso uma reestruturação de pensamentos pessoais capazes de construir uma vida em conjunto em sua comunidade (Souza, Costa & Lopes, 2019).

A ressocialização é obtida por meio da intervenção positiva na vida e modo de pensar do interno privado de liberdade, permitindo a reintegração e participação na sociedade, de maneira digna e produtiva, como um corpo dócil, isto é, como um corpo que seja útil economicamente e capaz de viver em harmonia

com seus pares (Foucault, 2014). Nesse contexto, é possível afirmar que a educação no interior das prisões tem o papel de efetivar à pessoa privada de liberdade maiores oportunidades de trabalho após o cumprimento de pena (Vieira, 2011). Contudo, é questionável o fato de se essa ressocialização realmente acontece na prática em seu real objetivo em vista à relação entre os dispositivos de educação e de segurança (Teodoro & Lisboa, 2018).

As propostas que objetivam proporcionar a ressocialização das pessoas privadas de liberdade possuem o intuito de diminuir a reincidência no crime, proporcionar a conquista da dignidade do apenado por meio de políticas que oferecem a educação, a qualificação profissional e a conscientização psicológica e social (UNODC, 2018). Assim, a pessoa privada de liberdade que compreende e aceita o que lhe é instituído no cárcere apreende o necessário para viver na sociedade (Molina, 2008). Reeducar os encarcerados é uma tarefa pedagógica em que é importante o processo de transmissão de conhecimentos capazes de trazer ao sujeito uma realidade social alternativa melhor do que aquela em que vivia e que ocasionou ações que o levaram ao crime e ao posterior cárcere (Maeyer, 2013).

Em contrapartida, há uma discrepância entre como é o sistema prisional e a legislação da ressocialização (Dick, 2021). O método de ressocialização, considerado por Pereira (2012), é visto como frágil, pois a legalidade existente atualmente entra em atrito com a prática exercida nos presídios, assim, faz-se necessário pensar em um sistema de atendimento ao encarcerado, principalmente ao atendimento educacional, identificando a realidade presente no dia a dia da segurança e a necessidade das pessoas privadas de liberdade que passam pelo cárcere. Pereira (2012) identifica que o retorno ao cárcere acontece com frequência, questionando a eficácia do sistema penal.

Sabe-se que o Estado possui a função de promover ações para a ressocialização dos apenados, mas as práticas presentes nos presídios fazem com que o cárcere seja um processo inacabado, onde as identidades são reconstruídas por relações de poder ali existentes (Reedy, King, Coupland, 2016). A garantia da segurança e disciplina se sobrepõem às atividades que visam a ressocialização, como, por exemplo,

a escola (Bessil & Merlo, 2017). Assim, esta investigação analisa como se dá a oportunidade de ressocialização através da educação permeando entre a relação de poder da escola e da segurança pública a partir da biopolítica.

Através de entrevistas aplicadas aos docentes e diário de campo é analisada a efetividade do trabalho docente a partir da relação de poderes inseridos no sistema prisional. Estes poderes exercidos no cárcere ainda perpassam pela questão da cultura organizacional de cada penitenciária, onde o trabalho dos envolvidos é diretamente influenciado pelo clima organizacional, causando efeito nas atitudes de cada indivíduo atuante no contexto, e, respectivamente no modo como toda a prisão delinea seu dia a dia (Santos, Silva, Dias, 2022).

Dada a complexidade do tema de estudo, essa pesquisa acadêmica se encaixa na biopolítica, estudando a relação de poder do Estado, da sociedade e de indivíduos. O Estado, a segurança, as empresas, a escola, a sociedade, a família e o próprio indivíduo possuem papel fundamental na ressocialização efetiva capaz de oferecer meios para a não reincidência no crime (Teodoro *et al* 2018). Além disso, a biopolítica estuda os meios de resistência do indivíduo às normas estatais (Mota, 2022). As pessoas privadas de liberdade criam meios de resistir ao movimento de punição e à forma de imposição à docilidade do corpo, muitas vezes reincidindo no crime (Foucault, 2014).

A realização desta pesquisa justifica-se por oferecer a identificação da efetividade do trabalho docente permeado pelas relações de poder existentes entre a educação e a segurança pública a partir da biopolítica, para que se entenda como o professor pode realizar seu trabalho de ensino oferecido às mulheres privadas de liberdade com qualidade sem deixar a segurança frágil, possibilitando a promoção da ressocialização das apenadas através da escola.

ESQUEMA DE RESOLUÇÃO

I. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Como se dá a efetividade do trabalho docente prisional permeando entre as relações de poderes: segurança e educação, a partir da biopolítica?

II. METODOLOGIA

Para responder ao problema de investigação proposto, optou-se pela pesquisa de natureza social, finalidade fundamental, sendo bibliográfica e estudo de caso, de caráter qualitativa, no intuito de entender como se dá a efetividade do trabalho docente prisional permeando entre as relações de poderes: segurança e educação, a partir da biopolítica, segundo a percepção de docentes. Selecionou-se os sujeitos respondentes com base no critério de acessibilidade, pois seleciona elementos que estejam mais disponíveis para fazer parte da pesquisa e que possuam condições de fornecer as informações que ajudem a chegar ao objeto necessário (Gil, 2008). Buscou-se estes sujeitos no contato com uma penitenciária feminina localizada em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, país Brasil. Devido à particularidades da segurança, além de não ser identificada a Unidade Prisional, foi solicitada a autorização à Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Entrevistou-se professores inseridos na escola existente no sistema prisional. Como forma de manter o anonimato dos respondentes, trocou-se os nomes por pseudônimos escolhidos pelos próprios respondentes.

Nesta investigação, buscou-se, além do contato com professores do sistema prisional, a observação participativa, em que pode-se registrar o que se vê e se sente no ambiente ao qual a pesquisa está inserida, sendo registrada em diário de campo (Minayo & Costa, 2019). Ouviu-se essas pessoas, e, coletou-se os dados presencialmente, mediante registros de campo e autorização dos entrevistados, por meio de gravação de áudio e transcritos em seguida. As transcrições foram realizadas pelo aplicativo *Transkriptor*, leu-se e releu-se em seguida, a fim de se obter uma maior familiarização com os dados coletados.

A exploração do material, análise e caracterização das entrevistas se deu após a observação de campo e a escuta de oito docentes de uma escola prisional feminina, confrontando suas visões sobre o fenômeno estudado. Todos serão escolhidos conforme disponibilidade em participar e contribuir com este estudo (Minayo *et al* 2019).

Para a análise de dados desta investigação aplicou-se a análise de conteúdo, utilizando-se do *MAXQDA Analytics Pro* (24.2.0), aliada à análise de discurso em uma abordagem crítica. Esta escolha

se deve a estas metodologias permitirem a categorização, seguida da análise das entrevistas para além daquilo que foi dito, o não dito e sim subentendido para a compreensão do dilema do poder da escola e da segurança nos objetivos educacionais (de Oliveira, Campos, & de Oliveira, 2022).

III. PLANO DE REDAÇÃO

O conceito de biopolítica surgiu a partir de Foucault em meados da década de 1970. Para Foucault, a sociedade é dirigida pela Biopolítica em suas relações de poder, é a gestão da conduta dos indivíduos em sociedade através de uma normalização imposta (Mota, 2022). Pode-se conceituar biopolítica como tecnologias utilizadas para produzir e reproduzir a vida em suas relações de poder exercidas pelo sistema político, é a luta entre poder e resistência (Mota, 2022).

A Biopolítica se caracteriza pela manipulação subjetiva da vida do indivíduo para um determinado fim através de uma forma sutil, sujeitando os corpos físicos às regras sociais regulamentadoras (trabalho, relacionamento, família, etc.) (Foucault, 2014). Mas, existem as formas de resistência de grupos que vão na contramão dessa manipulação (Wermuth & Mori, 2022). Essa resistência vem dos sujeitos invisibilizados na tentativa de criar meios de sobrevivência, como exemplo desses sujeitos, temos os moradores de rua, prostitutas, presidiários, entre outros sujeitos que são marginalizados pela sociedade (Ferreira, 2022).

Em cada instituição, também pode-se observar o poder exercido de diferentes formas pelos grupos atuantes no local (Santos *et al* 2022). Estes poderes exercidos perpassam pela questão da cultura organizacional de cada local, onde o trabalho dos envolvidos é diretamente influenciado pelo clima organizacional, causando efeito nas atitudes de cada indivíduo atuante no contexto, e, respectivamente no modo como acontecem as relações de poder dos sujeitos envolvidos (Santos *et al* 2022).

Nosso sistema político atual continua produzindo desigualdades (Miguel, 2014). O estado depende de interesses do capital, deixando à mercê a população carente (Miguel, 2014). Para a camada popular, o Estado é uma forma de aparelho repressivo, que possui o poder de cobrar,

julgar e prender (Miguel, 2014). Os mecanismos de poder são importantes, mas seria necessário que não praticasse a exclusão racial, econômica e de gênero (Ribeiro, 2021). Os presídios são lugares onde o Estado destina ao depósito de criminosos de forma indigna, cerceando os direitos das pessoas privadas de liberdade em contramão da Legislação Penitenciária (Martins, Rodrigues & Pinto 2023). O que acontece são superlotação, rebeliões, promiscuidades, além da prática da criminalidade no interior do sistema penitenciário pelos presos e até mesmo pelos que possuem a obrigação de se fazer cumprir a lei (Martins, Rodrigues & Pinto 2023).

No caso do cárcere de mulheres, o número de presidiárias cresceu 656% entre os anos de 2006 e 2016, o que torna a pesquisa em questão essencial pensarmos na forma de reinserir essas mulheres na sociedade (Quirino *et al* 2019). Pensando na exclusão social de gênero, têm-se as particularidades femininas (de Carvalho, Nodar, do Nascimento, Hattori, Trette & do Nascimento, 2021). A própria higiene pessoal é diferenciada e se torna difícil, por compartilhar banheiros e a lavagem de roupas ser mais difícil, possibilitando a proliferação de doenças sexualmente transmissíveis (Nunes & Macedo, 2023). O fato de muitas dessas encarceradas serem mães e ficarem pouco tempo com os filhos e em contato com eles é mais uma particularidade feminina (Nunes & Macedo, 2023). Outros aspectos são a saúde ginecológica, as tensões pré-menstruais e as próprias menstruações e acesso aos absorventes, o que se pode chamar de pobreza menstrual (Moodley *et al* 2022). Essas situações indicam que o sistema penal feminino é ineficaz em relação aos direitos das mulheres (Moodley *et al* 2022).

Além das questões anteriores, existe no cárcere a promiscuidade entre as mulheres privadas de liberdade, o ciúme das namoradas que se firmam no cárcere causa muitas brigas entre as internas, o vício e a abstinência, a emoção à flor da pele causadas por hormônios próprios femininos (Quirino *et al* 2019). Essas mesmas mulheres são estigmatizadas pela sociedade por não serem mulheres “do lar”, o que muitos ainda esperam das pessoas deste sexo, mesmo estando no século XXI (Quirino *et al* 2019). Em contrapartida, as mulheres possuem maior chance de recuperação, o que nos dá esperança de fazermos uma ressocialização mais eficaz,

consequindo alcançar maior número de mulheres “recuperadas” (Quirino *et all* 2019).

Voltando a analisar o poder e a resistência, vê-se o cárcere como o poder exercido pelo Estado visando a ressocialização ou punição do criminoso e a forma como as internas privadas de liberdade resistem, lutando pela vida ou desistindo (Wermuth *et all* 2022). É o poder colocando a vida humana como jogada política, onde é divulgada a ressocialização do indivíduo e, na prática, ainda acontece a punição dos corpos (Foucault, 2014). Os indivíduos que fogem ao padrão imposto pela biopolítica tem sua conduta considerada como desviante e é necessário corrigi-la no cárcere (Mota, 2022). Ao Estado cabe oferecer o bem-estar social, atendendo ao coletivo, tendo como um dos principais objetivos a proteção à dignidade da pessoa humana (Ferreira, 2022). Mas há a constante violação ao respectivo princípio, perpetrada pelo próprio Estado (Ferreira, 2022). Assim, a biopolítica se manifesta sobre o conjunto da população, agindo através de dispositivos diversos, tornando a segurança uma forma de se fazer viver melhor (Ferreira, 2022).

Vê-se a disciplina, a vigilância e a punição como formas de doutrinar os corpos (Foucault, 2014). O intuito é controlar o indivíduo através de sistemas de controle e vigilância (Mota, 2022). E nesse campo o nome ressocialização aparece como técnica da biopolítica, onde o poder é tido como agente transformador da população (Mota, 2022). O cárcere é destinado a separar os homens maus dos homens bons, sendo o corpo marginal encarcerado até que seja melhorado para posterior inserção à sociedade e às suas regras (Wermuth *et all* 2022). Nesse processo disciplinar de reintegrar o sujeito à sociedade, o delinquente é aprisionado com o seu “eu” formado de acordo com sua realidade (Souza *et all* 2019). Mas, o poder disciplinar no cárcere modifica esse “eu” através de rebaixamentos, humilhações e profanações do eu inicial (Souza *et all* 2019). Torna-se questionável a existência da ressocialização onde parece não haver socialização.

Mas, “onde há poder, há resistência” (Foucault, 2009, p 105). As lutas das mulheres encarceradas contra as formas de subjetivação individual e social permeiam o dia a dia das prisões femininas (Gonzaga & da Silva Cardoso, 2018). Os sujeitos invisibilizados precisam criar uma realidade de

sobrevivência, criando uma forma de vida (de Oliveira Garcia & de Jesus Mota, 2022). Assim, vê-se na rotina do cárcere uma espécie de comércio, por exemplo, de que quem consegue obter algo, como comida, cigarros, vende em troca de favores, tendo em vista a escassez a que todos estão submetidos (dos Santos, Silva & da Silva Pedroso, 2020). Outras formas de resistência são os motins, as rebeliões (Nunes & Macedo, 2021). Essas mulheres resistem pelo simples fato de viver (Wermuth *et all* 2022).

Assim, são grandes os obstáculos que o governo ainda precisa repensar para que o processo de ressocialização através da educação não seja apenas uma forma da biopolítica adquirir visibilidade de uma falsa política pública (Souza *et all* 2019). Não basta tentar melhorar as condições de vida das pessoas privadas de liberdade, é necessário criar programas sociais que realmente atendam à ressocialização (Souza *et all* 2019). É preciso, ainda, pensar no que a educação pode fazer pela ressocialização sem prejudicar a segurança do sistema prisional (Souza *et all* 2019).

Sobre a educação no cárcere, todas as pessoas privadas de liberdade que não possuem a educação básica completa têm direito à Educação de Jovens e Adultos (Pereira, 2012). Mas nem todos os presídios possuem escola, o que transgredir o direito à educação básica (Pereira, 2012). Muitas mulheres privadas de liberdade gostam de estudar, sendo o momento que podem sair da cela, conviver com demais pessoas, aprender e ter a possibilidade de alcançar seu diploma da educação básica (Pereira, 2012). Mas, a maioria acaba desistindo (Pereira, 2012).

Questiona-se se essa desistência se dá por cansarem dos procedimentos de segurança aos quais são submetidas ao entrar e sair das celas; à obrigatoriedade da presença de 75% na sala de aula, sendo que muitas internas consomem uma expressiva quantidade de medicamentos, não aguentando ir diariamente à aula, enquanto outras alunas estão no período menstrual e sem uma quantidade de absorventes necessária para manter sua higiene (Bonatto & Brandalise, 2023). Assim, acabam desistindo por saberem que não cumprirão o mínimo de frequência exigido por lei em um ensino presencial (BONAMINO, 1996).

Frente aos argumentos apresentados, pode-se inferir que o sistema prisional precisa urgentemente de uma ressignificação, pois parece não conseguir cumprir com seus objetivos, além de resultar um ofensivo à dignidade humana. Torna-se importante a presença de políticas públicas capazes ressignificar o atendimento de ressocialização nos presídios femininos através da educação e delinear com exatidão as funções da escola e da segurança.

IV. RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO

De acordo com supracitado na metodologia, foi realizada uma entrevista gravada com oito professores do ensino público estadual prisional em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, caracterizado por maioria do sexo feminino, com idade entre 31 e 54 anos, além da observação com anotações em diário de campo.

Tabela 1. Identificação dos respondentes

Pseudônimo	Sexo	Data nascimento	Tempo de docência prisional	Nº de turmas que ministra
Caselato	masc.	22/09/1981	3 anos	6
Mônica	fem.	07/06/1969	2 anos	1
Márcia	fem.	20/10/1984	3 anos	3
Lua	fem.	28/02/1985	2 anos	10
Cristina	fem.	24/11/1983	1 ano	4
Juliana	fem.	06/09/1992	3 anos	3
Maria	fem.	23/03/1971	1 ano	4
Professora	fem.	02/05/1977	2 anos	1

Nas respostas da entrevista, em relação à promoção da ressocialização das apenadas através da escola, os professores destacam que é possível a reintegração das pessoas privadas de liberdade à sociedade através da escola. As respostas foram justificadas pelo trabalho humanizado e baseado em projetos e incentivos para a ressocialização dos educandos. Eles enfatizam a importância de mostrar a vida fora da prisão e valorizar cada indivíduo. No entanto, enfrentam desafios devido à falta de recursos e restrições de segurança (Pereira, 2012).

“Um caminho que elas podem sim ter um direito de escolha, né? Respeitando, né? As alunas, né, entendendo que ali elas são alunas, né? E mostrando para elas qual é o papel da escola e qual é o papel que a escola pode ter no futuro delas, né? Então, a humanização, ela começa com a escola, com a educação, né?”

Para mostrar que elas têm outras opções na vida delas” (Entrevistada Maria).

“A dificuldade aqui, às vezes, é, é a questão de de do do material. É. Que pode ser trabalhado, que não pode ser.” (Entrevistada Mônica)

Nas perguntas em relação à ressocialização, os respondentes citaram a palavra “escola” dezesseis vezes, seguida da palavra “humanização”. Assim, os entrevistados reconhecem a importância de fazer a diferença na vida das alunas e suprir a falta da educação. Acreditam no potencial transformador da educação e encontram inspiração e bem-estar nessa atividade. Além disso, em relação às alunas, percebe-se o prazer que as mesmas possuem ao frequentarem a escola, encontrando respeito por parte da equipe escolar e incentivos (Diário de campo, 15/03/2024).

Categoria: Ressocialização

Códigos	Frequência	%	Ranking
escola	16	3,35	1
humanização	9	1,88	2
ensinar	8	1,67	3
mostrar	8	1,67	3
possibilidade	8	1,67	3

Observou-se com o estudo, através das entrevistas, que a educação deveria ser direcionada e diferenciada para o sistema prisional, através de políticas públicas, a fim de proporcionar um melhor direcionamento das aulas de acordo com as necessidades reais das alunas. Souza, Costa & Lopes (2019) corroboram com as falas dos professores, descrevendo que quando se pensa em presídios é necessário adentrar em um amplo atendimento social que realmente ressocialize o indivíduo infrator.

“Acho que é muito isso. Questões de política pública voltada para a educação carcerária. Sabe porque? Trata tudo num bojo, ah é EJA beleza é EJA, mas a EJA tem de um contexto muito diferente, então a gente precisa trabalhar essa diferença. Esse contexto é diferente para que o objetivo da escola, que é tornar o cidadão crítico, reflexivo, né? Que saiba se colocar lá fora, tenha mais, é, é, efetividade, mas a gente precisa dessa parceria, né? Parar de olhar o preso como preso e olhar o preso como indivíduo, porque quem podia e tinha poder de julgar já foi feito, então aqui a gente tem que trabalhar o indivíduo, ele está aqui pagando pelo que ele fez, mas aí ele vai se resumir a isso? Ele vai se resumir a um número de Infopen? Não, lá fora ele tem um CPF, ele vai ser uma pessoa, então a gente tem que olhar pra isso, né? Pra esse número de CPF ali, que às vezes a gente ignora, às vezes a gente né tipo, ah, é preso, tá? É presa, tá aqui já tá pagando, então que que a gente vai fazer pra fora daqui, sabe? Eu acho que isso que falta pra gente realmente trabalhar com mais efetividade, porque se a gente for pegar estatística, né, grande, das das presas voltam para o crime. Mas por quê, né? É tudo um contexto, não dá para a gente

trabalhar pontos isolados, então acho que a gente precisa fortalecer a rede para quando ela sair daqui. Ela ter uma rede de apoio melhor do que a de crime”. (Entrevistada Juliana)

Os desafios enfrentados pelos professores no sistema prisional estão relacionados principalmente à falta de recursos pedagógicos devido às restrições de segurança. Isso limita a capacidade de planejamento e execução das aulas, exigindo que os professores se reinventem constantemente e encontrem maneiras alternativas de ensinar. A proibição de materiais pedagógicos e a falta de autonomia da escola são barreiras adicionais. Não há direcionamentos precisos do governo que encaixem as normativas da educação nas normativas da segurança pública (Diário de campo, 15/03/2024).

Os educadores entrevistados enfrentam dificuldades ao tentar aplicar seus conhecimentos e estratégias pedagógicas em um ambiente prisional, onde as dinâmicas e demandas são distintas daquelas encontradas em uma escola convencional. Este fato se materializa, como exemplo, na fala da entrevistada Professora: “[...]. Assim, o exercício de docência ele fica muito limitado, mas eu vejo pelo pelo próprio local, né? Da gente não poder mesmo ter toda a autonomia que a gente tem numa regular”. Ou na fala da entrevistada Márcia: “Olha, educação. Eu enxergo de uma forma geral, de uma forma libertadora como é para ser vista, né? Mas a do cárcere ela tem essa visão limitada ao que pode e ao que não pode. Então, ao mesmo tempo que ela é libertadora, ela é um pouco ilusória.”. Essa diferença desafia suas representações e os faz refletir sobre como adaptar suas práticas educativas para atender às necessidades das detentas sem infringir as regras

de segurança. É a conduta biopolítica do cárcere (Foucault, 2014).

Essa dificuldade em articular suas experiências anteriores com a realidade prisional destaca a importância de uma reflexão contínua e direcionamentos conjuntos do governo para os educadores e policiais que atuam nesse contexto. É necessário reconhecer e compreender as particularidades do ambiente prisional, suas normas e restrições, a fim de desenvolver abordagens pedagógicas adequadas e efetivas para promover a ressocialização e o aprendizado das detentas.

Em relação à ressocialização das detentas, os professores reconhecem a importância de prepará-las para a reintegração na sociedade e no mercado de trabalho. Eles acreditam que o ensino é fundamental para que as detentas tenham a oportunidade de se reconstruir e se reintegrar, tanto na sociedade em geral quanto dentro do próprio ambiente prisional.

Em se tratando de políticas públicas no contexto prisional, os entrevistados destacam a falta de valorização e apoio ao trabalho docente dentro das prisões e de oportunidades pós cárcere para as alunas. Os professores expressam a necessidade de um maior alinhamento entre as Secretarias de Segurança Pública e Educação, para que possam compreender melhor a realidade uma da outra. A importância da autonomia escolar e estruturas físicas mais adequadas também são mencionadas como necessidades. As respostas destacam a importância de programas de ressocialização, acesso a oportunidades externas e suporte pós-detenção.

CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi analisar a efetividade do trabalho docente prisional permeando entre as relações de poderes: segurança e educação, a partir da biopolítica, além de entender a promoção da ressocialização das apenadas através da escola e as dificuldades

e facilidades no exercício do trabalho docente prisional. Para obter respostas e explicações para essas questões, foi realizado um estudo em uma escola estadual localizada em um presídio em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Baseado nas entrevistas em profundidade, foi constatado que os desafios enfrentados pelos professores no contexto prisional são em relação à autonomia da escola e a falta de regulamentações que interliguem o trabalho da escola e da segurança, mas principalmente políticas públicas para o público da Educação de Jovens e Adultos no contexto prisional e no pós-cárcere. Esses desafios abrangem questões sociais, institucionais e estão relacionados aos órgãos responsáveis pela regulamentação e garantia dos direitos dessa classe profissional, bem como prisional.

Observou-se com o estudo que, as respostas das entrevistas e observações de campo destacam o trabalho docente no sistema prisional como um meio de ressocialização, contribuição para a sociedade, melhoria da vida financeira e pessoal, além de promover transformações positivas por meio da educação. Apesar dos desafios, os docentes entrevistados acreditam na educação como meio de transformação e se motivam pela crença de que a educação pode promover mudanças significativas.

Ao considerar as políticas públicas, a estruturação e o funcionamento das prisões, à luz dos conceitos observados, não apresentaram mudanças visíveis e significativas diante da realidade atual. Isso evidencia a necessidade de reformulação nas práticas e ações do sistema carcerário. O caminho da privação, do enclausuramento sem funcionalidade e de um sistema organizacional disfuncional que promove situações desumanas não garante a ressocialização do indivíduo. Portanto, é imprescindível repensar e transformar o sistema carcerário, buscando alternativas que promovam efetivamente a reintegração social (Foucault, 2014).

REFERÊNCIAS

- Bessil, M. H., & Merlo, Á. R. C. (2017). A prática docente de Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21, 285-293. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/02121115>
- BONAMINO, A. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF*, (248), 23.. Obtido de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Bonatto, B. M., & Brandalise, M. . T. (2023). Evaluation of the State Education Plan in the Paraná State Prison System: subjects' discourses in a female prison. *Práxis Educativa*, 18. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v18.21737.053>
- de Carvalho, I. A., Nodar, P. R. G., do Nascimento, J. A., Hattori, T. Y., Trette, A. C. P. T., & do Nascimento, V. F. (2021). Perspectivas de mujeres encarceladas sobre los factores de riesgo de infecciones de transmisión sexual: estudio exploratorio y cualitativo. *Revista Enfermería Actual en Costa Rica*, (40), 5. <http://dx.doi.org/10.15517/revenf.v0i40.44056>
- de Oliveira, C. Z., Campos, J. B., & de Oliveira, M. A. A. (2022). A ANÁLISE DO DISCURSO: uma abordagem teórico-metodológica em pesquisa de formação docente. *Momento-Diálogos em Educação*, 31(03), 41-67. <https://doi.org/10.14295/momento.v31i03.14053>
- de Oliveira Garcia, A. K., & de Jesus Mota, J. (2022). Mulheres-mães selecionadas pelo sistema penal: os desafios do cuidado em prisão domiciliar: (Criminalized women and mothers: the challenges of caring under house arrest). *Sortuz: Oñati Journal of Emergent Socio-Legal Studies*, 12(1), 71-89. Obtido em <https://opo.iisj.net/index.php/sortuz/article/view/1472>
- Dick, C. S. (2021). Ressocialização do preso: uma revisão bibliográfica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(1), 518-528. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i1.1063>
- dos Santos, A. C. S. L., Silva, L. S., & da Silva Pedrosa, J. (2020). Observação Psicanalítica da Relação Mãe-Bebê no Cárcere. *Revista Subjetividades*, 20(1). <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i1.e8856>
- Ferreira, N. D. P. (2022). Vivente e vida nua: Conceitos de Biopolítica. *Revista Direito e Práxis*, 13, 893-915. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/57022>. ISSN: 2179-8966
- Foucault, M. (2009). História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1976)
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (PE Duarte, Trad.). Leya. (Trabalho original publicado em 1975). Obtido de https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA. Obtido de https://feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v3_artigo01_globalizacao.pdf
- Gonzaga, M. S., & da Silva Cardoso, F. (2018). Maternity, Prison and Reproductive Rights of Experience in Cologne Criminal Feminine Buique/PE. *Braz. J. Empirical Legal Stud.*, 5, 80. Obtido de <https://reedpesquisa.org/wp-content/uploads/2019/06/11-26-PB.pdf>
- Maeyer, M. D. (2013). A educação na prisão não é uma mera atividade. *Educação & Realidade*, 38, 33-49. Obtido de <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dh4zjZ6tdWTRQmMRGDY3SvF/?format=pdf>

- Martins, T. P., Rodrigues, R. S., & Pinto, A. A. (2023). A função social da empresa como elemento fundamental à concretização da dignidade da pessoa humana: reflexões sobre a ressocialização do egresso do sistema penitenciário. *Misión Jurídica*, 16(25), 113-125. <https://doi.org/10.25058/1794600X.2256>
- Miguel, L. F. (2014). Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu. *Novos estudos CEBRAP*, 145-161. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000100008>
- Minayo, M. C. D. S., & Costa, A. P. (2019). Técnicas que fazem o uso da palavra, do olhar e da empatia: pesquisa qualitativa em ação. In *Técnicas que fazem o uso da palavra, do olhar e da empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação* (pp. 63-63). <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.22042019>
- Molina, A. P. G. (2008). Criminologia: uma introdução aos seus fundamentos teóricos. São Paulo: *Revistas dos Tribunais*. Obtido de http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=itemglobal&doc_library=SEN01&doc_number=000768952
- Moodley, JK, Parry, BR e Van Hout, MC (2022). Encarceramento, menstruação e COVID-19: um ponto de vista das desigualdades exacerbadas e das disparidades de saúde nas instalações correccionais sul-africanas. *Jornal Internacional de Saúde de Prisioneiros*, 19 (3), 400-413. <https://doi.org/10.1108/IJPH-05-2022-0033>
- Mota, T. (2022). Biopolitics and agonistics: from Foucault to Negri and Hardt. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 63, 491-514. <https://doi.org/10.1590/0100-512X2022n15211tm>
- Nunes, C. C., & Macedo, J. P. S. (2021). Encarceramento Feminino em Presídio Misto. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(4), 1330-1351. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.63943>
- Nunes, C. C., & Macedo, J. P. (2023). Female Incarceration: a Debate between Criminology and Feminist Perspectives. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e249513. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003249513>
- Pereira, LC (2012). Educação e prisão: o valor da escola para os jovens e adultos presos no Centro de Ressocialização de Cuiabá/MT. Obtido de file:///C:/Users/Renata%20Fantin/Downloads/DISS_2012_Leiva%20Cust%C3%B3dio%20Pereira.pdf
- Quirino, R., de Ávila Ferreira, J., da Conceição Solano, C., & Quirino, R. (2019). As “donas da cadeia”: reflexões sobre o trabalho das agentes de segurança penitenciária de Minas Gerais. *SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO*, (4). Obtido de https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2018/TRABALHO_EV129_MD1_SA27_ID940_08102019213847.pdf
- Reedy, P., King, D. e Coupland, C. (2016). Organizando para a individuação: organização alternativa, política e novas identidades. *Estudos Organizacionais*, 37 (11), 1553-1573. <https://doi.org/10.1177/0170840616641983>
- Ribeiro, D. D. S. (2021). Rebelião das mães. Ética do cuidado em coletivo face à necropolítica no encarceramento de adolescentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), 255-274. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.11.a>
- Santos, A. A. M dos.; Silva, J. T. M.; Dias, A. T. (2022). A influência da cultura organizacional e da cultura de inovação no desempenho de organizações do setor de logística. *Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão*, v. 6, n. 3, Belo Horizonte, dez.2022. Obtido de <https://>

hig.unihorizontes.br:8443/index.php?journal=Hig&page=article&op=viewFile&path[]=142&path[]=159

- Souza, E. M. D., Costa, A. D. S. M. D., & Lopes, B. C. (2019). Ressocialização, trabalho e resistência: mulheres encarceradas e a produção do sujeito delincente. *Cadernos Ebape*. Br, 17, 362-374. <https://doi.org/10.1590/1679-395171382>
- Teodoro, L. C. A., & Lisboa, R. D. A. N. (2018). REINSERÇÃO SOCIAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: LIÇÕES DO PROJETO DESENVOLVIDO NA APAC DE RIO PIRACIACABA/MG. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, 2(2), 129-145. Obtido de <file:///C:/Users/Renata%20Fantin/Downloads/revistassp,+9.+1035-3544-1-PB-convertido.pdf>
- UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. (2018) *Introductory Handbook on The Prevention of Recidivism and the Social Reintegration of Offenders*. Obtido de https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/18-02303_ebook.pdf
- Vieira, J. L. (2011). *Código de Hamurabi: Lei das XII Tábuas*. 3. ed. São Paulo: Edipro. Obtido de https://5ca0e999-de9a-47e0-9b77-7e3eeab0592c.usrfiles.com/ugd/5ca0e9_163b42ba610c44f0af37c7c90ea1175b.pdf
- Wacquant, L. (2015). Bourdieu, Foucault e o Estado penal na era neoliberal. *Revista Transgressões*, 3(1), 5-22. Obtido de <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/7188>.
- Wermuth, M. . D., & Mori, E. D. (2022). Viver, em primeira pessoa: Reflexões sobre biopotência e possibilidades de resistência biopolítica. *Revista Direito e Práxis*, 13, 861-892. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/49634>